

## A (AD)MISSÃO DO INTELLECTUAL: LITERATURA E PODER NO BRASIL

*Maria Tereza Carneiro Lemos\**

### RESUMO:

Este ensaio pretende discutir as relações de poder implícitas na produção cultural da periferia urbana no Brasil contemporâneo, com foco no discurso da literatura marginal. Neste sentido são considerados o papel do intelectual escritor, a linguagem e o caráter político da literatura na construção da cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura. Intelectualidade. Literatura marginal. Poder. Política.

*Esse livro eu não leio  
Esse livro eu nunca li  
Este dicionário eu não conheço  
O meu eu já escrevi  
Escrevi nas pedras  
Com casca de coco  
Em parceria com os loucos  
Editado pelos vagabundos  
Lido pelos maconheiros  
E os que caminham na contramão  
Meu livro é travesseiro  
Das prostitutas  
Nas horas de solidão [...]  
(Erton Moraes)*

A compreensão das relações entre discurso e poder é fundamental para se pensar o papel do intelectual no mundo contemporâneo. A literatura, que tem perdido seu papel privilegiado como discurso dos possíveis, por outro lado, tem gerado novas formas de expressão, híbridas, em combinação com outros gêneros que têm trazido uma abertura importante como espaço das possibilidades, de acordo com as demandas culturais do mundo contemporâneo.

A ideia muito difundida da “morte da literatura” não deixa de ter implícita a tentativa de se cercar a liberdade de certos espaços discursivos, no mundo globalizado. O escritor e crítico argentino Ricardo Piglia (2001), ao comentar a morte da literatura em *Crítica e ficção*, explica que essa suposição é uma intenção da sociedade capitalista que não pode entender um trabalho economicamente “improdutivo” para o sistema; ou poderíamos supor também que certos espaços do livre pensar são desprezíveis para um sistema que vive da repetição, da perpetuação do mesmo. Para o crítico argentino, muitos letrados perderam as ilusões, tornaram-se sensatos e conformistas e correm o risco de se

---

\* Doutora em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora de Língua Portuguesa e Literatura das Faculdades IBMEC-RJ.

tornarem funcionários do senso comum. Para ele, o intelectual-escriptor deve estar num lugar excêntrico, oposto à ordem estabelecida, fora do todo. Propõe, numa entrevista de 1985, mesclar a política com a arte, para além do canônico, frente à uniformidade liberal.

Neste contexto, Piglia (2001) lembra que a função do porta-voz da sociedade, tradicionalmente do intelectual escritor, que se deslocou para o ideólogo jornalista, o técnico e especialista, rompeu com a tradição do poeta como porta-voz da tribo. Esta tradição, que sempre teve a literatura como parte do discurso público na cidade letrada, deve ser, hoje, deslocado, descentrado como uma estratégia discursiva e ideológica para se enfrentar a crise da literatura no mundo contemporâneo. Esta é a proposta de Piglia (2001, p. 11-13), como um complemento às *Seis propostas para o próximo milênio* de Ítalo Calvino, que preencheria o espaço em branco da 6ª proposta não escrita pelo autor.

Neste “deslocamento”, Piglia mostra as vantagens de “sair do centro, deixar a linguagem falar das bordas, das margens, no que vem do outro”. Sugere, dessa forma, uma literatura do futuro, construindo na linguagem um lugar para que o outro possa falar: “A literatura seria o lugar no qual sempre é o outro que vem a dizer. *J’est l’autre*, como dizia Rimbaud. Sempre há outro aí. Esse outro é o que há de saber ouvir para que o que se conta não seja mera informação e tenha a forma de experiência” (PIGLIA, 2001, p. 1-3). Neste sentido, o escritor argentino quer discutir as relações entre literatura e política, pensando ao mesmo tempo o lugar do intelectual escritor na literatura do futuro. E lembra que “Existe uma verdade da história e essa verdade não é direta, não é algo dado, surge da luta e da confrontação das relações de poder” (p. 30). Em outras palavras, o pensador francês Michel Foucault (1979, p. 14), ressalta a mesma questão:

[...] o problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade. Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de *desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento*. Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade (grifo nosso).

A intervenção política do intelectual escritor deverá partir, fundamentalmente, da confrontação com os usos oficiais da linguagem, ou das “ficções oficiais”, nas palavras de Ricardo Piglia, o que representaria a determinação de desvincular o poder da verdade das formas hegemônicas.

Huyssen (2003) já apontava para o fato de que, no campo cultural e político, desde 1980, a cultura da modernidade esclarecida tem sido também uma cultura de imperialismo interno e externo e,

portanto, enfatiza a importância de movimentos culturais e políticos ligados a grupos minoritários, através do pensamento de resistência. A proposta de Huyssen vai ao encontro da ideia pós-estruturalista do descentramento, apontando para os princípios básicos da diferença sem dominação. Da mesma forma, a socióloga holandesa Saskia Sassen, em seu livro *As cidades na economia mundial*, estuda o fenômeno da “cidade global” e afirma que a classe média e a classe trabalhadora organizadas não estão mais transformando as forças econômicas e perderam seu papel “civilizador”, e então aposta no poder das minorias como elementos potencialmente revolucionários. Estas “minorias”, a que se refere Saskia Sassen, em países centrais, seriam, nos países periféricos, a “grande maioria”, ou seja, as populações de baixa renda. Em sintonia com este pensamento, o geógrafo Milton Santos (2004, p. 143) chama atenção para a produção das condições necessárias à reemergência das massas, “apontando para o surgimento de um novo período histórico, a que chamamos de período demográfico ou popular”.

Neste sentido, busco uma compreensão da produção cultural da periferia, no Brasil, trazendo ao foco principalmente a chamada “literatura marginal” que tem conquistado o público leitor brasileiro nos últimos anos e um lugar privilegiado no mercado editorial, abalando os alicerces canônicos da nossa tradição letrada, e, sobretudo, abrindo a fresta para uma nova “verdade” possível. Esta produção, além do seu potencial de autofortalecimento cultural e identitário, despertou a escuta para uma *outra* voz, deslocando as formas tradicionais, hibridizando, tornando-se também música, cinema, teatro, dança e outras expressões artísticas, além de criar a sua própria mídia – em canais comunitários de rádio e TV – num evento que transborda da periferia, agregando a ela organizações não governamentais e vários setores da sociedade civil, trazendo implícita uma outra ideologia de construção e solidariedade. Talvez agora se possa falar da possibilidade de uma verdadeira cidadania no Brasil, onde o local torna-se o espaço fundador da sua construção e não um “benefício” concedido pelo poder de Estado.

A emergência destes discursos marginais e suas vantagens de não estar no centro – opressor, normatizador e dominador – permite a liberdade de outras práticas, um não compromisso com dogmas, que tem ao mesmo tempo a capacidade de desmistificar e destruir estereótipos, criando novas formas de expressão da realidade, como discursos iconoclastas, absolutamente necessários na compreensão das relações entre linguagem e poder, hoje, pela sua própria capacidade de subverter a “verdade” estabelecida e se reestabelecer num espaço da “verdade” que brota da experiência. Vale lembrar aqui o comentário de Gilles Deleuze sobre o método de Foucault (1979, p. 39) que “sempre se opôs aos métodos de interpretação. Nunca interprete, experimente. [...] e a experimentação é sempre o atual, o nascente, o novo, o que está sendo feito”.

As atividades dessas comunidades de periferia são frequentemente marcadas pela contradição entre a exigência prática da conformidade, ou seja, a necessidade de participar direta ou indiretamente da racionalidade dominante, e a insatisfação e o inconformismo destes homens diante de resultados sempre limitados. Dentro desta lógica, é criada uma situação de inferiorização permanente que reforça

em seus participantes a noção de escassez e ao mesmo tempo convoca a uma reinterpretação da própria situação individual, do lugar, do país e do mundo. A Três, vocalista do grupo de *hip-hop* *Outraversão*, reescreve o diálogo entre o Pai e o Filho, transformando o texto bíblico num discurso sobre a monopolização da verdade:

- [...] residir num lugar sem conhecê-lo é como morar numa casa sem portas nem janelas, querendo imaginar sem poder imaginar, sendo tomado pela sombra da ignorância, sem conhecimento nem noção. [...]
- O que se pode fazer para evitar?
- O homem, através do medo, monopolizou a verdade, para que não fosse utilizado o livre-arbítrio...
- Pai, então, a crença também é uma forma de controle.
- Sim, é jogar areia nos olhos que já estão fechados, uma forma de padronizar vidas, tornar tudo previsível como um jogo marcado, passado, presente e futuro ficam idênticos, as mesmas cenas podem se repetir por anos, assim forjando a felicidade, fazem acreditar que tudo deve ser como está, por que simplesmente é assim. Essa é a rotina nociva que mata a cultura e deixa sem sentido a vida. (“A.C. em um lugar qualquer...” in *Literatura Marginal, Caros Amigos*, a Cultura da Periferia – Ato I)

Esses grupos à margem são localmente enraizados e orgânicos, e, ao manter relações de simbiose com o entorno imediato, criam também relações cotidianas que desenvolvem espontaneamente e à contracorrente, uma cultura própria, resistente, constituindo um alicerce para a produção de uma política. Essas comunidades moram ali, onde vivem e evoluem, criam, espontaneamente, uma vida pública, enquanto as classes mais altas apenas circulam, utilizando os lugares como mais um recurso a seu serviço, num mundo individualizado, sem compromissos com a coletividade.

Santos (2004, p. 55) fala da necessidade vital da linguagem oficial em criar estereótipos, como também do seu avesso, que manifesta “o arrebatamento desvairado” na fruição recalcada sob este estereótipo:

A linguagem encrática (aquela que se produz e se espalha sob a proteção do poder) é estatutariamente uma linguagem de repetição; todas as instituições oficiais de linguagem são máquinas repisadoras: a escola, o esporte, a publicidade, a obra de massa, a canção, a informação, redizem sempre a mesma estrutura, o mesmo sentido, amiúde as mesmas palavras: o estereótipo é um fato político, a figura principal da ideologia. Daí a configuração atual das forças: de um lado, um achatamento de massa (ligado à repetição da linguagem) – achatamento fora-de-fruição, mas não forçosamente fora de prazer –, de outro, um arrebatamento (marginal, excêntrico) rumo ao Novo – arrebatamento desvairado que poderá ir até a destruição do discurso: tentativa para fazer ressurgir historicamente a fruição recalcada sob o estereótipo.

Deve-se lembrar aqui a força da coordenação mundial dos veículos da mídia – a utilização da imprensa, do cinema, de canções, rádio, pôsteres, slogans, imagens, cores, monumentos – que propiciou às grandes corporações poderes de comunicação, sedução e apoio político numa escala

jamais vista. Nicolau Sevcenko explica que, desde o início do século XX, Estados potencializados pelo virtual monopólio das novas tecnologias comunicacionais “instituíram práticas de política cultural concebidas como autênticas engenharias de imaginações, emoções, desejos e comportamentos”. E completa:

Estados baseados nesse arcabouço eletro-eletrônico e em efeitos espetaculares assumiram diferentes feições, cada qual com suas características peculiares, desde as nazi-fascistas e stalinistas da Europa, até o populismo autoritário de Roosevelt na América e as fórmulas híbridas das nações periféricas, como Juan Carlos Perón na Argentina e Getúlio Vargas no Brasil (SEVCENKO, 2001, p. 84).

Neste espaço mundializado de jogos ideológicos, não é de se estranhar que realidade e ideologia se confundam na compreensão do homem comum, instituindo-se uma verdade absoluta, até o ponto de ela se inserir nos próprios objetos e apresentar-se como coisa. Dessa forma, no mundo globalizado, o discurso acaba antecedendo grande parte das ações humanas, ou, nas palavras de Santos (2004, p. 55), estamos diante de um novo “encantamento do mundo” no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim. E explica que a onipresença da informação torna-se insidiosa, tem dois rostos: um pelo qual ela busca instruir, e outro pelo qual ela busca convencer. Este é o trabalho da publicidade. O esforço de convencer se torna muito mais presente, na medida em que a publicidade se transformou em algo que antecipa a produção. Um dado essencial para essa leitura é a compreensão de que as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos.

Santos (2004, p. 39) conclui que “a nossa grande tarefa hoje, é a elaboração de um novo discurso, capaz de desmistificar a competitividade e o consumo, e atenuar, senão desmanchar, a confusão dos espíritos”. Esta tarefa nos permite apreciar o caráter intelectual de outras práticas sociais, que também incluem análises interpretativas, não necessariamente orientadas à produção de textos e sim a outras formas de ação que se expressam com outros componentes reflexivos, como produção de conhecimentos. Muitas dessas práticas são feitas a partir de trabalhos com diferentes grupos de população em experiências de autoconhecimento, fortalecimento e organização; outras são de educação popular; outras se relacionam com os afazeres dos criadores nas diversas artes. São inúmeros os exemplos de movimentos deste tipo que nascem na própria comunidade – e acabam se multiplicando em escala nacional – visando à melhoria da qualidade de vida vetada pelo poder do Estado à grande parte da população.

Como parte fundamental desses processos, destacam-se os “intelectuais orgânicos”, categoria concebida pelo filósofo italiano Antonio Gramsci (1978, p. 8), a partir da necessidade de se desenvolver uma cultura da classe trabalhadora na Itália fascista do início do século XX, relacionada a um novo tipo de educação que pudesse criar intelectuais na e para a classe operária, contra o autoritarismo e a doutrinação ideológica no mundo. Suas ideias para um sistema educacional deste tipo correspondem à

noção de pedagogia crítica e educação popular, segundo foram teorizadas e postas em prática, décadas depois, no Brasil, por Paulo Freire, em *Pedagogia do oprimido*, representando um novo horizonte que se abre dentro da própria academia para a pesquisa de ação participativa. As ideias de Gramsci também serviram de base para a criação da “Teologia da Libertação”, importante e controversa escola na teologia da Igreja Católica, desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Ela fundamenta-se na situação social humana, tendo se desenvolvido intensamente durante as décadas de 1960 e 1970, quando se expandiu de forma especial na América Latina, entre os jesuítas, sendo uma das orientações para o movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Estes movimentos das CEBs foram de extrema importância na constituição e organização de forças políticas populares no Brasil, que tiveram nos padres, professores e intelectuais os líderes e orientadores destas classes oprimidas nas suas lutas contra os abusos das diversas formas de poder. Nesse contexto, esses líderes foram de especial importância, pois possibilitaram a emergência dos próprios líderes comunitários como representantes testemunhos, participantes ativos que partilham das mesmas experiências de vida da comunidade que representam. Estes “intelectuais orgânicos” serão fundamentais na luta pelo domínio de um espaço social e político:

Uma das mais marcantes características de todo o grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1978, p. 8).

Destacam-se também os movimentos de intelectuais indígenas e afro-latino-americanos em quase todos os países da América Latina, o movimento feminista, o movimento dos direitos humanos, diferentes movimentos de expressões musicais – a nova canção, o *rock* crítico, o *rap*, o *hip-hop* – e de novos cineastas que hoje trazem à cena uma política do doméstico, as lutas do homem comum, os contrastes sociais e a violência de mão dupla (sociedade capitalista x homem). A produção é fertilíssima tanto em longa-metragens quanto em curtas, com destaque especial para o audiovisual cada vez mais difundido como expressão da periferia.

Para enfrentar a política global do poder, fazem-se revides locais, contra-ataques, defesas ativas e às vezes preventivas como forma de enfrentar também, o totalitarismo representado pela centralização e pela hierarquia. Nesse sentido, a instauração de ligações laterais, de todo um sistema de redes de bases populares, torna-se fundamental. É o que sugere Foucault (1979, p. 86), sobre a ação política:

Em todo caso, para nós, a realidade não passa de modo algum pela política, no sentido tradicional de competição e distribuição de poder, de instâncias ditas representativas do tipo P.C. ou C.G.T. A realidade é o que está acontecendo efetivamente em uma fábrica, uma escola, uma caserna, uma prisão, um comissariado. De tal modo que a

ação comporta um tipo de informação de natureza totalmente diferente das informações dos jornais.

Os novos espaços alternativos de expressão e construção, e, conseqüentemente, de poder, têm sido criados, a despeito de todas as adversidades e controle por parte do poder hegemônico, quando não se submetem a negociações de espaço na mídia de massa.

De maneira geral, estes espaços ganham legitimidade pela sua própria autonomia e independência, conquistados a duras penas pela situação de escassez e abandono em que vivem essas comunidades – o que, muitas vezes, representando a vantagem de “não estar no centro”, aciona a liberdade e a criatividade “de um povo totalmente marginalizado, mas que sempre insistiu em provar que a imaginação não tem fronteira”, diz o escritor e *rapper* Ferréz (em “Manifesto de abertura: Literatura Marginal” in *Caros amigos – A cultura da periferia – Ato I*), que desenvolve importantes trabalhos culturais e literários como a revista *Literatura Marginal*, editada pela *Caros amigos – recentemente publicada em livro –*, em que promove canais de ligação entre escritores das diversas periferias do Brasil, além de ter publicado três romances (*Capão Pecado*, *Manual prático do ódio* e *Ninguém é inocente em São Paulo*), como também projetos na sua comunidade, *Capão Redondo*, envolvendo incentivo à leitura, criação da biblioteca, oficinas de criação.

Sem vínculo e apoio da mídia de massa, Ferréz (2005, p. 10) elabora o contra-discurso:

Um dia a chama capitalista fez mal a nossos avós, agora faz mal a nossos pais e no futuro vai fazer a nossos filhos, o ideal é mudar a fita, quebrar o ciclo da mentira dos “direitos iguais”, da farsa do “todos são livres”, a gente sabe que não é assim [...] Literatura de rua com sentido, sim, com um princípio, sim, e com um ideal, sim, trazer melhoras para o povo que constrói esse país mas não recebe a sua parte.

Essas práticas apontam para novas possibilidades de atuação política como também para o seu poder de estimular desenvolvimentos teóricos inovadores. Estes intelectuais têm realizado importantes aportes conceituais, a partir dos desafios que lhes colocam os interesses e lutas de suas comunidades e movimentos. A dupla, já conhecida na mídia brasileira, Celso Athayde e MV Bill, são exemplos do engajamento contemporâneo, responsáveis pela denúncia mais contundente dos últimos tempos sobre a tragédia das crianças brasileiras envolvidas com o tráfico de drogas, que gerou os documentários *Soldado do morro*, *Falcão, os meninos do tráfico* e os livros *Cabeça de porco*, de 2005 (em parceria com o antropólogo Luís Eduardo Soares) e *Falcão, os meninos do tráfico*, de 2006. Celso Athayde, um empreendedor social e cultural nato, é um dos fundadores da Central Única de Favelas (CUFA) – e criador e produtor do prêmio *Hutúz*, o maior encontro da cultura *hip-hop* do País, que reúne artistas de todo o mundo. MV Bill, um dos mais famosos e respeitados *rappers* do País, com um repertório musical marcado pela denúncia social e política, recebeu vários prêmios como um dos *rappers* mais politizados dos últimos dez anos, e como destaque do ano em 2004, ambos concedidos pela UNICEF. No Fórum

Mundial das Culturas, em Barcelona, em 2003, recebeu das Nações Unidas um documento que o consagrou, junto a vários outros artistas de vários países, como “Cidadão do Mundo”. MV Bill continua morando no lugar onde nasceu, a Cidade de Deus, e fala da experiência do seu trabalho,

Afinal, eu nasci e me criei na Cidade de Deus, lugar conhecido por muitos como um grande campo de concentração. Foi lá que tive que aprender a me defender e buscar minha sobrevivência todos os dias. Vi, naquele lugar, muitas situações conflitantes, mas nada que se possa comparar ao que vimos nessa pesquisa, nada. Nenhum livro substituirá o sentimento que experimentamos durante esse tempo: fomos felizes, fomos infelizes, mas sobretudo fiquei descrente, infelizmente. Ver esses jovens alucinados se autodestruindo é como ver uma bomba ser detonada e começar a contar para então juntar os cacos. [...] Todas as vezes que os homens do asfalto falam sobre esses jovens, falam como se eles tivessem nascido predestinados à marginalidade. Nossa ideia é outra; é permitir que as pessoas façam seus juízos do que eles são, mas dessa vez baseados numa outra ótica, na visão de alguém que se parece com eles, não nas palavras de quem os odeia ou tem pena desses jovens (ATHAYDE et al., 2005, p. 275).

Os desafios trazidos pelas experiências sociais, difíceis de se definir em poucas palavras, são esclarecidos por Foucault (1979, p. 76-77):

É possível que as lutas que se realizam agora e as teorias locais, regionais, descontínuas, que estão se elaborando nestas lutas e fazem parte delas, sejam o começo de uma descoberta do modo como se exerce o poder. [...] Mas se é contra o poder que se luta, então todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a luta onde se encontram e a partir de sua atividade (ou passividade) própria.

Hoje a luta parte de outro lugar: não são mais as classes operárias, somente, as exploradas e economicamente excluídas que lutam “pelo poder”. A luta é difusa e não tem mais a unidade da luta operária. Há os que lutam para serem apenas incluídos no poder existente e não são capazes de enxergar a verdadeira origem dos seus males, não se veem parte de uma coletividade, e desejam apenas se tornar consumidores-cidadãos, padronizados e respeitados por serem “iguais”. Temos como exemplo, os “mais de duzentos quadrilheiros caprichosamente acompanhando a moda” (LINS, 2002, p. 472), encarnando os heróis da televisão, no romance *Cidade de Deus*. Entretanto, há os que querem ser reconhecidos como um outro poder, os que já compreendem a complexidade do sistema e suas máscaras. Orgulham-se do fato de ser diferentes, como argumenta Ferréz (2005, p. 13): “Afinal, um dia o povo ia ter que se valorizar, então é nós nas linhas da cultura, chegando devagar, sem querer agredir ninguém, mas também não aceitando desaforo nem compactuando com hipocrisia alheia”. Preto Ghóez, maranhense, escritor e *rapper* do “Clãnordestino”, vai mais longe:

No passado tivemos gênios, senhores da metáfora que faziam da contestação, da denúncia, sujeito oculto da frase e nos sentimos íntimos, cúmplices de buscar uma

mudança, e buscamos, não? Hoje os escroques pululam na cultura, eles não querem que nós saibamos que cultura é poder! Eles nos querem onde estamos, nos querem brutos e tristes, nos darão armas e drogas e escreverão novos roteiros e farão novos filmes sobre nossas vidas em nosso habitat [...] eles nos querem assim como melhor ator coadjuvante, não nos querem escrevendo, dirigindo, atuando, não nos querem protagonistas de nossas próprias vidas (FERRÉZ, 2005, p. 22).

Mas Ferréz mostra que hoje a representação é outra: “Não somos o retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos nós mesmos a nossa foto”. *Capão Pecado*, primeiro romance escrito por Ferréz, publicado em 2002, narra o cotidiano dos moradores do bairro da periferia de São Paulo, Capão Redondo, em que a linguagem é naturalizada de acordo com o falar do gueto:

Tá certo, ce vê, o Alaor tá na correria [trabalho], o Panetone e o Amaral também tão dando o mó trampo [trabalho], mas o resto, mano, na moral, tão vacilando. Eles tinham que ouvir as ideias do Thaíde<sup>38</sup>, tá ligado? “Sou pobre, mas não sou fracassado”. Falta algo pra esses mano, sei lá, preparo; eles têm que se ligá [...] na moral, cara, esses aí vão ser engolidos pelo sistema (FERRÉZ, 2002, p. 93).

Para reforçar esta exposição, Ferréz acrescentou à narrativa dois encartes de fotos que mostram vistas aéreas do Capão Redondo, moradores caminhando pelas ruas do bairro, retratos da miséria, enfim um relato visual que ajuda a escrita a compor a realidade do lugar, onde ocorrem também os fatos ficcionais, num desejo de mostrar que “este é o nosso mundo, estes somos nós”.

A linguagem específica do mundo dos “mano” traduz a rebeldia e a desobediência às normas ortográficas, na determinação de transpor a fala para a linguagem escrita como um desejo de construir um discurso que reivindica autenticidade testemunhal. Na linguagem “do gueto” está a desobediência, que passa também a significar a libertação de uma prática de escrita que estaria, por sua própria representatividade estética, vinculada a ideais e valores da sociedade burguesa letrada. Ferréz (2005, p. 9) explica “A própria linguagem margeando e não os da margem, marginalizando e não os marginalizados, rocha na areia do capitalismo. O sonho não é seguir o padrão, não é ser o empregado que virou o patrão”.

Além disso, esta linguagem requer também um esforço de compreensão do leitor que, não participante desse mundo, deve agora se esforçar para conhecê-lo. A periferia deve ser visível como ela é e quem não participa da sua realidade deve respeitar os seus códigos para compreendê-la. Língua é identidade e esses discursos querem deixar claro que “eles” são muito diferentes de “nós”. Argumentam: “temos muito a proteger e a mostrar, temos nosso próprio vocabulário que é muito precioso, principalmente num país colonizado até os dias de hoje, onde a maioria não tem representatividade cultural e social” (FERRÉZ, 2005, p. 11).

Os seus relatos têm endereço e objetivos certos: são histórias da periferia, muitas vezes com um intuito claramente pedagógico, para a periferia. Nas palavras de Ferréz, “vamos dar uma explicada:

a revista [*Literatura marginal*] é feita para e por pessoas que foram postas à margem da sociedade” (“Manifesto de Abertura” in *Caros Amigos – Literatura Marginal*, Ato I). A pedagogia desses discursos mostra a preocupação constante em transmitir aos jovens uma mensagem para que não caiam na vida do crime, lembrando que esse caminho só leva à morte trágica, reforçando o ideal de luta contra um sistema opressor e injusto e principalmente a possibilidade de uma construção coletiva – marcada pelo plural constante nos discursos, numa solidariedade que alenta, baseada na cumplicidade e identificação com os “manos” mais velhos, escritores e/ou famosos cantores do *hip hop*.

Os gêneros se misturam nas publicações – crônicas, contos e poesia – e trazem uma constante resistência contra a opressão, a injustiça, muitas vezes marcados pelo tom de revolta que frequentemente alcança um declarado sectarismo, como algo inevitável, em que os “de cá” precisam combater os “de lá”, como um princípio coletivo que às vezes assume o discurso direto àquele que está do lado “de lá”: “Sua negação não é novidade, você não entendeu? Não é o quanto vendemos, é o que falamos, não é por onde, nem como publicamos, é que sobrevivemos”; e finaliza: “Boa leitura, e muita paz se você merecê-la, senão, bem-vindo à guerra”.

Ferréz (2002, p. 93) explica:

Cansei de ouvir: — Mas o que cês tão fazendo é separar a literatura, a do gueto e a do centro. E nunca cansarei e responder: — O barato já tá separado há muito tempo, só que do lado de cá ninguém deu um gritão [...], foi feito todo um mundo de teses e de estudos do lado de lá, e do cá mal terminamos o ensino dito básico. [...] Neste país você tem que sofrer boicote de tudo que é lado, mas nunca pode fazer o seu, o seu é errado, por mais que você tenha sofrido você tem que fazer por todos, principalmente pela classe que quase conseguiu te matar, fazendo você nascer na favela e te dando a miséria como herança.

A classe letrada manda um recado para Ferréz, como uma repreensão, na irônica forma clássica do soneto decassílabo, “Esculachado”, do poeta Glauco Mattoso (2010):

### Esculachado

(A Ferrez)

Não “seje” “inguinorante” nunca foi  
 “Ansim” que algum plural se “pronunceia”!  
 “Nós vai” não é sintaxe que se leia!  
 Talvez “a gente vamos” melhor soe...

Você só faz poema que destoe!  
 Seu tênis pega mal calçar sem meia!  
 Falar de boca cheia é coisa feia!  
 Não coma em casa alheia feito um boi!

Silêncio! Tenha modos! Mais respeito!  
 Se enxergue! Dobre a língua, “Teje” preso!

“Percure” seus “dereitos”! Dói? Bem feito!

E o “mano” escuta, atônito e indefeso,  
Razões para, se autor, não ser aceito,  
E, como cidadão, sofrer desprezo.

Em contrapartida, Ferréz (2005, p. 14) responde, com a mesma ironia – a partir das palavras do escritor João Antônio no livro *Abraçado ao meu rancor*:

E como já é de praxe, aqui vai um recado pro sistema:  
Evitem certos tipos, certos ambientes. Evitem a fala do povo, que vocês nem sabem onde mora e como. Não reportem povo, que ele fede. Não contem ruas, vidas, paixões violentas. Não se metam com o restolho que vocês não vêem humanidade ali. Que vocês não percebem vida ali. E vocês não sabem escrever essas coisas. Não podem sentir certas emoções, como o ouvido humano não percebe ultra-sons.

Esta admissão do intelectual marginal traz nas pautas do seu discurso também o preço da sua inserção no mundo letrado. Lembrando as palavras de Hall (2003, p. 339), “o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada”. A formação do marginal como escritor e sua integração no mundo letrado têm aflorado preconceitos e ódios, sobretudo relacionados ao poder da “alta cultura”, que tem a habilidade da escrita e a erudição como poder diferenciador. Esta “visibilidade cuidadosamente regulada” pode se tornar um veto rigoroso, como uma sentença de condenação ao estigma e à ignorância. As palavras do antropólogo Luis Eduardo Soares, co-autor de *Cabeça de Porco*, traduzem bem a questão:

Aprendi na própria pele que a gente vê o que a cultura e a sociedade permitem que se veja. [...]. Freud nos ensinou que censuramos algumas verdades – excluindo-as da consciência – porque são dolorosas demais ou excessivamente subversivas para a ordem que instauramos dentro de nós mesmos (ATHAYDE et al., 2005, p. 164).

Talvez o caso mais contundente e emblemático da condenação ao estigma da marginalidade e da ignorância seja o de Márcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP, conhecido traficante de drogas e protagonista da biografia escrita pelo jornalista Caco Barcellos, *Abusado, o dono do morro Dona Marta*, publicado em 2003. Em 1999, Marcinho, como era chamado, havia sido protagonista do documentário *Notícias de uma guerra particular*, realizado pelo cineasta João Moreira Salles, sobre o círculo vicioso da violência nas favelas do Rio de Janeiro, onde policiais e traficantes fortemente armados se enfrentavam e morriam, diariamente, sem nenhuma perspectiva de solução. Márcio fugia de qualquer estereótipo, além de criminoso e violento, era capaz de gestos generosos, de ideias virtuosas, de atos de grandeza e renúncia. Por mais paradoxal que possa parecer, Marcinho sonhava com um Brasil mais justo para as gerações futuras. Nas palavras de Luís Eduardo Soares,

A complexidade de sua figura lança desafios perturbadores para a consciência moral e política dos observadores atentos [...] Nenhum juízo unilateral é adequado, o que subverte dogmatismos e concepções rígidas. Esse tipo de personagem devolve à sociedade as qualificações, imagens e valores que ela projeta sobre o outro, isto é, sobre o objeto sacrificial destinado a concentrar e expiar o mal – ajudando-nos a exorcizar nossas culpas ou a conviver com nossa má consciência (ATHAYDE et al., 2005, p. 104 e 289).

Luís Eduardo Soares lembra “a dimensão do patrimônio moral que estava em jogo” neste caso. E completa: “Márcio situa-se perigosamente perto de nós; pior ainda: ao deslocar-se e problematizar a geografia moral, o personagem que Márcio representa, redesenha fronteiras e nos torna próximos do ‘outro lado’, do ‘outro mundo’”. A situação tornou-se ainda mais polêmica quando Marcinho, já numa relação de proximidade intelectual e de amizade com João, e concluindo que, se tivesse condições de estudar e crescer num ambiente propício que valorizasse as suas inquietações, poderia ter sido um líder da juventude, pede então livros a João, que lhe deu clássicos da literatura brasileira e do pensamento social brasileiro, como também autores estrangeiros. João propôs a Marcinho que, se deixasse a vida do crime, lhe daria uma bolsa que lhe permitiria viver. Márcio sonhava escrever uma autobiografia, aceitou a proposta de João, abandonou o tráfico e fugiu do País para escrever sua vida e recomeçá-la. Voltou para o Brasil, depois de muita agitação na mídia em torno do caso do “traficante foragido”, e acabou sendo capturado em uma cabana abandonada, numa favela carioca, como se tivesse desistido de recomeçar e fosse “empurrado” para o estigma do passado, numa entrega que o colocava num não lugar, já que não era o mesmo e ainda não era outro na sociedade em que vivemos.

Marcinho, na cadeia, voltou às leituras. Comentava Machado de Assis, Lima Barreto, Sérgio Buarque de Holanda com desenvoltura e esteve presente ao lançamento da sua biografia – escrita por Caco Barcellos – presentindo, como afirmaram parentes e amigos, que a sua “importância”, como personagem de um livro, “ultrapassando fronteiras simbólicas que o mundo cerrado da comunidade encarcerada erguia” (ATHAYDE et al., 2005, p. 107), poderia representar um grande perigo para a sua vida. Em 2003, Marcinho foi encontrado morto numa caçamba de lixo da penitenciária em que cumpria pena. Seus livros estavam jogados sobre o seu corpo e sobre eles um cartaz: “Nunca mais vai ler”.

A tragédia de Marcinho está inscrita na sua própria sentença condenatória, que representa da forma mais cruel, o veto à mudança, ao recomeço, e na esteira dessa condenação, o veto ao poder letrado. E ainda que tivesse sido assassinado pela brutalidade da ignorância, foi condenado por outros condenados que não “permitiram que ele transgredisse a única lei inviolável: não serás outro (para que eu permaneça o que sou)” ou “porque eu também não posso ser outro”, nas palavras de Luís Eduardo Soares. A polícia, como a guardiã da ignorância, usa sua autoridade para vetar aos outros criminosos

um poder que ela mesma não tem. Luís Eduardo Soares conclui que “ler custou-lhe a vida, talvez porque livros simbolizem e realizem, neste universo infernal de reificações estendidas, a mudança insuportável” (p. 108). E completa: “A carreira do crime é uma parceria entre a disposição de alguém para transgredir as normas da sociedade e a disposição da sociedade para não permitir que essa pessoa desista” (p. 218).

O espaço da prisão é aquele onde o poder se manifesta nas suas “dimensões mais excessivas”, como explica Foucault (1979, p. 36):

A prisão é o único lugar onde o poder se manifesta em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justifica como poder moral. “Tenho razão em punir pois vocês sabem que é desonesto roubar, matar...” [...] O que é fascinante nas prisões é que o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, e, ao mesmo tempo é puro, é inteiramente “justificado”, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem.

O domínio da letra garante a entrada a um campo infinito de possibilidades e combinações imprevisíveis, em que a racionalidade e o conhecimento do mundo conduzem o homem por um caminho que ele, somente ele, vai trilhar, de acordo com a sua própria experiência, amalgamando a sua compreensão do mundo e criando, naqueles que não alcançaram “outros mundos”, o medo do desconhecido. O veto à transformação, a ser outro melhor, está implícito na própria cultura que precisa do estereótipo, do estabelecido, da repetição, para se manter viva. Como dizia Paulo Honório, o violento e dominador “coronel”, protagonista do romance *São Bernardo* de Graciliano Ramos – que conseguia conquistar o mundo das coisas, mas arruinou a sua vida quando percebeu que não dominava o mundo das palavras, onde sua mulher transitava naturalmente:

Não gosto de mulheres sabidas. Chamam-se intelectuais e são horríveis [...] Usar aquele vocabulário, vasto, cheio de ciladas, não me seria possível. E se ela tentava empregar a minha linguagem resumida, matuta, as expressões mais inofensivas e concretas eram para mim semelhantes às cobras: faziam voltas, picavam e tinham significação venenosa (RAMOS, 1994, p. 136, 156).

Corroborando o estigma de Marcinho, temos o exemplo da história de Luís Alberto Mendes, outro prisioneiro que viveu a experiência profunda da leitura, abrindo a possibilidade de construir, para ele também, “uma história mais bonita”. Como Marcinho, Luís Mendes teve um amigo que lhe apresentou este novo mundo dos livros, mas de forma diferente daquele, pôde efetivamente viver sua nova história de vida e conseguir escrever a sua autobiografia na prisão, intitulada *Memórias de um sobrevivente*.

As histórias dos livros que contava eram extremamente fascinantes e belas. Ensinou-me a valorizar livros, a querer conhecê-los todos. Agora ansiava sair do castigo para começar a ler aquelas histórias de que ele falava. Era poeta, e eu também quis ser poeta. Prometeu ensinar-me. [...] Havia tanto assunto... conversei mais nesses três meses do que em quase toda a minha vida. [...] Olhei e namorei livro por livro, caderno por caderno. Aquilo era importante demais para mim. Eu iria construir uma nova história de minha vida, doravante. Uma história mais bonita (MENDES, 2001, p. 453).

Entretanto o ambiente prisional mostrava mais uma vez não ser apenas um cerco físico, mas algo muito mais profundo e poderoso, como a prisão moral na condenação ao mesmo. Portanto a cultura, por representar uma saída, estaria definitivamente fechada:

Passei o dia a gemer e a colar livros estourados. A cultura, na prisão, era sempre a primeira a sofrer agressões. Os livros do preso sempre foram tratados com o maior desrespeito. Durante o período que passei na penitenciária, briguei e discuti com os guardas do Choque e da Inspeção (que vistoriavam as celas) centenas de vezes por conta do fato de eu sempre possuir muitos livros e eles quererem tomá-los de mim. Eu amava aqueles livros e sua quase destruição doía-me mais do que as cacetadas que tomara (MENDES, 2001, p. 453).

Vivemos num mundo regido pelos discursos e o poder da palavra pode ser também o poder da defesa. “O monstro”, conto de Sérgio Sant’Anna, é o discurso de outro criminoso, que traz a qualidade de reverter a questão do estigma, apontando para resultados surpreendentes, e no entanto verossímeis. A narrativa é uma entrevista, veiculada pela revista *Flagrante*, de um assassino e estuprador confesso que nada tem a ver com os padrões de marginalidade que marcam esse tipo de criminoso: Antenor, o protagonista, é um professor de filosofia, culto, que vive confortavelmente na zona sul do Rio de Janeiro e namora uma mulher rica e atraente que o acompanha na experiência limite do assassinato de Frederica, uma jovem de vinte anos, bonita e com uma grave deficiência visual. A vítima, depois de um encontro casual com a namorada de Antenor, Marieta, foi atraída por ela até seu apartamento e morre depois de ser drogada com éter, álcool e cocaína pelos seus assassinos. O discurso assume um claro “cinismo” ao racionalizar e “estetizar” o relato do horror, parecendo ser mais uma “invasão bárbara” da racionalidade.

A narrativa-confissão torna-se uma habilíssima defesa em que paradoxalmente o assassino assume a sua integral culpa pelo crime e, através da palavra, acaba construindo um outro nível de argumentação. O entrevistador comenta a surpreendente atitude do entrevistado e os efeitos da sua retórica sobre os ouvintes:

No decorrer do processo até o seu desfecho, a extrema lucidez e articulação verbal com que Antenor narrou os fatos e assumiu suas responsabilidades dentro deles surpreendeu os policiais e juízes que o interrogaram e a todos que estiveram presentes no julgamento (SANT’ANNA, 1997, p. 232).

O conto é a própria voz do protagonista que vai abrindo o seu caminho narrativo iluminado pela lógica e pela razão, diluindo o sentimento de horror que deveria ser provocado pelo crime na retórica bem elaborada através da qual Antenor conquista a autoridade de falar a “verdade”. O ato bárbaro se dilui na racionalidade, na frieza e na própria “asepsia” do crime: não houve derramamento de sangue, não houve agonia, não houve violência física. E a barbárie, a “lógica conturbada da insensatez”, nas palavras do protagonista, torna-se científica. O autor nos força a ocupar o lugar de espectadores passivos de uma história habilmente conduzida e concluída, que ganha novos contornos por estarmos diante de um veículo da mídia, em que a questão da imagem, da “pose” do protagonista – através da sua astúcia e habilidade retórica –, que, depois de confessar o crime, “recebia cartas de mulheres com propostas amorosas” e após a entrevista “introduziu algumas alterações no texto final, revelando sobretudo preocupações de ordem sintática e de clareza, para depois colocar a sua assinatura em todos as folhas originais” (SANT’ANNA, 1997, p. 232) faz com que o narrador conquiste mais importância que a sua história. Afinal, no Brasil, a lei concede aos criminosos diplomados, os privilégios da “prisão especial”:

Fica impune, não vai preso  
 Ele não é pobre, não é preto  
 Se for condenado fica em cela separada  
 Com televisão frigobar e água gelada  
 Criminoso com nível superior  
 (“Só mais um maluco”, MV Bill)

De forma contrária, os criminosos iletrados só podem aparecer a partir do discurso dos outros, não dominam o código da sua própria defesa e, como “ignorantes”, não são merecedores do respeito social. Pequeno, personagem do romance *Cidade de Deus*, bandido violento e analfabeto, pede para companheiros lerem as notícias dos jornais que falam sobre seus crimes. E, sem compreender a palavra-chave da matéria jornalística, faz uma pergunta emblemática: o que é “bárbaro”? O personagem age como um autêntico bárbaro, mas não sabe que lugar este sentido ocupa no contexto do mundo.

A aquisição da linguagem culta e a entrada no mundo da literatura, que têm marcado a vida e a obra de muitos escritores marginais, conquistaram o mercado editorial nos últimos anos, apontando para um tipo de recepção que traz a força do testemunho como questão fundamental.

São, em geral, obras catárticas que se tornam expressões de uma transformação interior profunda e acabam tendo, em comum, a experiência do texto, seja literário, seja filosófico, como assimilação e produção, desde a leitura de obras clássicas da literatura universal aos mais diversos escritores brasileiros, até chegarem à escrita dos seus próprios discursos. Se pensarmos que estes detentos, para chegar até o livro e até o público, submeteram-se ou foram submetidos à familiaridade

com o sistema literário, somos obrigados a reconsiderar o quase consenso sobre o enfraquecimento da literatura no nosso contexto cultural.

Cunha (2002, p. 168) deixa, ao fim do seu artigo “Margens e valor cultural”, uma proposta instigante de reflexão: “Os detentos e as narrativas que escrevem não estão no exterior, nem da ordem social nem do discurso literário. É nesta posição de interioridade residual e recalcada que me interessa pensá-los como margens”. E, acredito, é nesta interioridade residual, nesse “caldo de culturas” – nas palavras de Santos (2004, p. 98) – que existe a chance de se alcançar uma etapa superior de produção da consciência. E é instigante pensar o papel da literatura dentro deste contexto “residual”.

Para Chauí (1982, p. 23), “a crítica da ideologia não se fará pelo contraponto de um segundo discurso, mas se fará por dentro dela, isto é, pela elaboração de um discurso negativo no interior do discurso ideológico”.

No entanto, quando o âmbito do discurso é a contemporaneidade, período do qual somos ao mesmo tempo juízes e produto, a compreensão das relações entre fenômenos culturais e contexto histórico pode se apresentar ainda obscura, sem a devida nitidez. Se precisamos estabelecer esta relação imediata, podemos cair no perigo de mistificar uma realidade histórica, que é sempre mais rica e sutil do que do modo como a propomos. Por essa razão, o discurso dos testemunhos, trazendo a realidade sem mediações racionais, brotando da experiência vivida marcada pela emoção e pelos corpos sofridos, atinge uma legitimidade de grande valor para a compreensão deste jogo de relações no mundo contemporâneo.

## THE (AD)MISSION OF INTELLECTUAL: LITERATURE AND POWER IN BRAZIL

### ABSTRACT:

This essay will discuss the implicit relations of power within the cultural production in the urban periphery of contemporary Brazil, with special focus on the marginal literature. In that sense, the role of the intellectual writer; the language itself and the political quality role of literature in building citizenship are analysed.

**KEYWORDS:** Culture. Intellectuality. Marginal literature. Power. Politics.

### Referências

ATHAYDE, Celso; SOARES, Luiz Eduardo; MV BILL. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982.

CUNHA, Eneida Leal. Margens e valor cultural. In: MARQUES, Reinaldo; VILELA, Lúcia Helena (Org.). *Valores: arte, mercado, política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

FERRÉZ. *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto, 2002.

\_\_\_\_\_. *Literatura marginal*. Talentos da escrita periférica. São Paulo: Agir, 2005.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização de Sovik. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- HUYSEN, Andreas. *The fate of difference: pluralism, politics, and the postmodern*. In Present pasts. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- MATTOSO, Glauco. *Esculachado*. Disponível em: <<http://www.ferrez.com.br/oquefalam.html>>. Acesso em: 23 fev. 2010.
- MARQUES, Reinaldo; VILELA, Lúcia Helena (Org.). *Valores: arte, mercado, política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- MENDES, Luís Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MORAES, Erton. Seis do seis de sessenta e seis. In: FERREZ. *Literatura marginal*. Talentos da escrita periférica. São Paulo: Agir, 2005.
- PIGLIA, Ricardo. *Cultura*, n. 2, Belo Horizonte, Mar Del Plata, Buenos Aires, out. 2001.
- RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- SANT'ANNA, Sérgio. *Contos e novelas reunidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SEVCENKO, Nicolau. *Corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. Coordenação Laura de Mello e Souza, Lília Moritz Schwartz. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Coleção Virando séculos. v. 7).

Recebido em 23/02/2010  
Aprovado em 19/05/2010